



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na sexta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na sexta-feira	Últimos	Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
<div>0,39%</div> <div>São Paulo</div>	<div>1,08%</div> <div>Nova York</div>	<div>156.993</div> <div>154.770</div>	<div>R\$ 5,401</div> <div>(+1,18%)</div>	<div>R\$ 6,219</div>	<div>14,90%</div>	<div>14,90%</div>	<div>junho/2025 0,24</div> <div>julho/2025 0,26</div> <div>agosto/2025 -0,11</div> <div>setembro/2025 0,48</div> <div>outubro/2025 0,09</div>
	17/1118/1119/1121/11	14/novembro 5,297 17/novembro 5,331 18/novembro 5,317 19/novembro 5,338	<div>R\$ 1.518</div>				

COMPLIANCE ZERO

Liquidação do Banco Master pelo BC revela problemas na fiscalização do mercado. Especialistas defendem aperfeiçoamento e mais transparência

Master reabre debate regulatório

» ROSANA HESSEL

A decisão do Banco Central de decretar a liquidação extrajudicial do Banco Master, na última terça-feira (18), retoma uma discussão recorrente sobre as falhas na fiscalização dos órgãos públicos e, também, de auditorias de empresas de capital aberto, de acordo com especialistas ouvidos pelo **Correio**. Na avaliação deles, a fiscalização e as regras precisam ser melhoradas, especialmente o monitoramento dos balanços, porque já havia sinais de problemas antes da derrocada do império do banqueiro Daniel Vorcaro — preso pela Polícia Federal no Aeroporto Internacional de Cumbica, em Guarulhos (SP), quando tentava deixar o país, na noite anterior da intervenção do BC.

O Banco Master é resultado da compra da corretora Máxima, fundada nos anos 1970 e que teve a composição societária modificada em 2019. Desde então, o patrimônio líquido (PL) da instituição, inicialmente Banco Máxima, saltou mais de 2.000% até 2024, passando de R\$ 219 milhões para R\$ 4,7 bilhões. Apesar de a auditoria da KPMG não apresentar ressalvas no balanço do Master de 2024, especialistas apontam vários problemas, como a falta de detalhamento dos ativos da instituição, a exemplo dos R\$ 5,8 bilhões classificados como “outros”.

“Esse balanço comprova a falta de transparência nos dados do Master, porque não é normal uma instituição colocar R\$ 5,8 bilhões de ativos como ‘outros’. Há alguma coisa errada. E o Banco Central já poderia ter feito uma intervenção no começo do ano, porque, em março, os dados do apresentados no balanço trimestral tinham um quadro ainda pior”, explicou o consultor Roberto Luis Troster, ex-economista-chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

No relatório de resultados do primeiro trimestre de 2025 enviado ao Banco Central — o do segundo trimestre não estava disponível —, o passivo do Master aumentou de R\$ 63 bilhões, no fim de 2024, para R\$ 83,2 bilhões, em março deste ano, enquanto o patrimônio líquido encolheu de R\$ 4,7 bilhões para R\$ 3,2 bilhões, no mesmo período. “Não era preciso que o BC demorasse tanto, porque havia motivos suficientes para a liquidação do Master, e, muito menos, havia a necessidade do empréstimo do FGC”, afirmou Troster.

A atuação do Master com a oferta de Crédito de Depósito Interbancário (CDB) com remuneração acima do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que acompanha a taxa básica da economia (Selic), atualmente em 15% ao ano, era vista como um sinal de que algo estava errado no banco, de acordo com o economista Ottonogami, consultor e professor de economia do Insper. “Se um banco começa a oferecer títulos pagando remuneração muito acima da média do mercado, com certeza, está com problemas”, frisou o acadêmico.

Troster, por sua vez, reforçou a necessidade de mais transparência e lembrou que outro sinal de alerta ignorado pelo mercado foi o forte crescimento do passivo do banco de um ano para outro. Entre 2023 e 2024, o passivo saltou 75%, passando de R\$ 36,1 bilhões para R\$ 63 bilhões. “Isso deveria ter sido monitorado pelo BC, pelo FGC e pelos atores do SFN. Todos cochilaram”, frisou o consultor.

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Economistas apontam falhas na fiscalização do BC sobre os relatórios do Banco Master



O BC deveria ter atuado imediatamente após o anúncio da compra do Master pelo BRB, porque um banco estadual jamais poderia comprar um banco privado, dado o histórico dos bancos estaduais que quebraram e custaram muito caro para o contribuinte no passado”

O economista Carlos Thadeu de Freitas Gomes

Analistas também não deixam de apontar estranheza no fato de o Banco de Brasília (BRB) querer comprar um banco privado, operação anunciada em março deste ano e que só foi vetada pelo Banco Central em setembro. O economista e ex-diretor do BC Carlos Thadeu de Freitas Gomes avaliou que o BC “demorou muito” para liquidar o Master, principalmente, porque “houve muitas pressões políticas”. Para ele, é fundamental o aperfeiçoamento da regulação e a melhoria na fiscalização da instituição, porque os problemas do Master eram conhecidos no mercado muito antes do anúncio da compra pelo BRB e, portanto, o BC “dormiu no ponto”.

“Houve vários erros do BC quando o Master estava pagando taxas muito elevadas, acima da média do mercado nos CDB. E, quando isso acontece, algo está errado”, afirmou. “O BC deveria ter atuado imediatamente após o anúncio da compra do Master pelo BRB, porque um banco estadual jamais poderia comprar um banco privado, dado o histórico dos bancos estaduais que quebraram e custaram

muito caro para o contribuinte no passado”, acrescentou.

Na opinião de Freitas Gomes, o BC tinha que ter feito uma auditoria sobre os precatórios e a carteira de crédito podre do Master, com empresas fantasmas reveladas pela PF. Conforme as investigações, foram identificadas R\$ 12,2 bilhões de fraudes na carteira de crédito comprada pelo BRB.

Nogami, do Insper, também apontou problemas de fiscalização no BC que, segundo ele, estão relacionados com o avanço das fintechs, porque elas operam sem precisar da regulamentação da autoridade monetária. O acadêmico apontou para outro problema estrutural do BC relacionado à digitalização, devido ao advento do Pix, lançado há cinco anos. O meio de pagamento instantâneo que caiu no gosto dos brasileiros e bate recordes diários de transações não tem ajudado a melhorar a fiscalização, pelo contrário. “O dinheiro, agora, gira muito mais rápido. E, como o sistema digital é veloz demais, se o governo não tiver um equipamento com condições técnicas de acompanhar todo esse movimento, vai se perder no meio do caminho”, alertou Nogami.

De acordo com um ex-diretor do BC que pediu anonimato, existe um problema estrutural na instituição para fiscalização, “porque faltam funcionários” em áreas críticas do banco, como a regulação e a fiscalização. “A falta de funcionários é uma característica do funcionalismo público como um todo, e isso não é um problema apenas do Banco Central, mas também de outros órgãos fiscalizadores”, reconheceu, citando como exemplos a Polícia Federal e a Receita Federal.

Procurado, o BC não comentou as críticas. Já o Sinal, sindicato dos servidores da autoridade monetária, emitiu uma nota elogiando a atuação da instituição. “O episódio evidencia a importância de um BC atento ao risco sistêmico e aos vínculos entre instituições financeiras, bem como aos possíveis esquemas de lavagem de dinheiro. Ao monitorar operações atípicas, restringir movimentos societários e compartilhar informações com os órgãos de investigação, o Banco Central cumpriu sua função de guardião da integridade do Sistema Financeiro

» Rating rebaixado

Um dia após a liquidação do Banco Master pelo Banco Central, a Fitch Ratings rebaixou os ratings de inadimplência do Master após o Banco Central decretar a liquidação extrajudicial do Master, em 18 de novembro de 2025, e as ações regulatórias relacionadas, que afetam outras entidades do grupo”, informou a nota da instituição.

Nacional”, destacou o comunicado. A entidade ainda ressaltou que o caso mostra um funcionamento articulado de “engrenagens do Estado” para preservar o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e cita a supervisão do BC, a investigação da PF e a atuação do Ministério Público e do Judiciário. “É exatamente esse modelo de cooperação que precisa ser fortalecido para proteger a economia e a sociedade brasileira”, acrescentou.

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, considerou que o BC “agiu corretamente ao liquidar o banco”, contudo, também reconheceu que a fiscalização e a regulação precisam ser aperfeiçoadas. “O que temos de pensar, agora, é em como aprimorar a regulação e a fiscalização para evitar repetições de casos preocupantes como este e para identificá-los mais cedo”, defendeu, em entrevista ao **Correio**. Segundo ele, os clientes da Warren foram alertados com antecedência sobre os problemas no Master.

Salto ainda destacou que a relação entre Master e BRB precisa ser olhada “com lupa”, assim como a tentativa de compra que foi barrada pelo BC, em setembro.

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

A maestria do centro

Os últimos eventos na política e na economia começaram a moldar o âmago das candidaturas presidenciais, e só haverá duas para valer: a da reeleição do presidente Lula e a do adversário, reunindo todo o campo do centro à centro-direita, com o bolsonarismo no assento de passageiro. O que está aberto tende a fechar com a quebra do Banco Master, que enfraqueceu o Centrão.

As partes dessa disputa foram vistas na tramitação do projeto de lei (PL) que endurece as penas das facções do crime organizado e equipara traficantes e milicianos. Mas não estava em cena só uma disputa de protagonismo, depois que a invasão pela polícia do Rio de uma favela dominada pelo Comando Vermelho deixou 121 mortos. O apoio popular à operação foi alto, chegando a quase 80% no país e 90% nas favelas do Rio. Vista como leniente com o crime, tratado mais como efeito social que evento policial, a esquerda se chocou. O governo correu para propor uma lei contra as facções, levando a oposição a mover-se para tirar o protagonismo que a marqueteira preparava para apresentar Lula como paladino da segurança pública.

O presidente da Câmara, Hugo Motta, deu a relatoria do projeto ao deputado Guilherme Derrite, que se licenciou da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, do governador Tarcísio de Freitas, hoje principal rival de Lula, para virar o jogo, e virou. As reações falam pouco do que estava em disputa. Não era somente a autoria, era muito mais, embora o PT tenha acusado o golpe indo a Motta protestar contra o que chamaram de “desrespeito” a Lula.

A questão estava pacificada: a esquerda tem, se todos os partidos desse campo votarem alinhados, uns 127 deputados, o que significa que, quando o governo aprova o que quer, ou o tema é consensual (tal como a isenção do IR até R\$ 5 mil) ou há acertos não republicanos. Alguns cambalanchos, referentes às emendas ao Orçamento, estão sob inquérito sigiloso conduzido pela PF por instrução do ministro Flávio Dino, do STF. Surgiram depois que o Centrão deu sinais de que sairia das sombras do governo em 2026. Vão vendo...

As seis versões do relatório de Derrite, ex-capitão da PM, foram marcas de um processo que envolveu improviso e cálculo político. O sigilo protege, em tese, a imagem do parlamentar investigado, mas também o põe na alça de mira, se, como lideranças do Centrão dizem ser o caso, STF, PF e governo estiverem alinhados. Ao mesmo tempo, fecharam-se as portas do poder que até início do ano estavam abertas ao Banco Master, de dois sedutores da caciquia do PP, do União Brasil, do PT, mesmo das altas cortes — o mineiro Daniel Vorcaro e seu sócio baiano Augusto Lima. Vão vendo...

Nesta altura, o Banco Central “descobriu” que o Master já estava na UTI, emitindo papéis que pagavam 20 a 30 pontos acima da taxa CDI, sinal de morte anunciada, apesar de o BRB, o banco estatal de Brasília, achar que valesse a pena. Não colou. Vão vendo...

Esse grupo influente de parlamentares, conhecidos pelo alcunha de Centrão, sentiu-se acuado (STF, Dino, PF, BC, Receita, CGU), e foi a campo. Tentou com a tal PEC da Blindagem, aprovada na Câmara e derrubada no Senado, depois de forte repulsa popular e protestos de rua. Segundo ela, um parlamentar só poderia ser processado se a direção da Câmara ou do Senado aprovasse. Também não colou.

Lula crescia nas pesquisas, aliciava dissidências nos partidos do Centrão, surfava na idiotice do filho de Bolsonaro que foi aos EUA provocar o tarifaço de Donald Trump... e veio a operação por ordens do governador Cláudio de Castro, do Rio, para reaver o território controlado pelo Comando Vermelho. Conferida a aprovação popular, as partes se apressaram para atender a voz do povo. Aí colou...

O que aconteceu? A caciquia do Centrão fez inserir no projeto que substituiria o do governo à subordinação das operações da PF nos estados a aprovação do governador e com a participação da polícia, da promotoria e do Judiciário local. O governo associou o projeto substitutivo de Derrite às facções, e ele recuou. Estava na conta.

Aproximações sucessivas

Cada uma das seis versões serviu para diminuir resistências entre os deputados, satisfazer governadores de várias vertentes e não só os de partidos de oposição, e afastar o lobby dos “emendeiros” que estão na mira da PF enquanto polícia judiciária do STF.

O bloco de centro, com destaque para o PSD de Gilberto Kassab e o MDB rachado entre a ala governista no Norte/Nordeste e mais conservadora no resto do país, fortaleceu-se nas idas e vindas do substitutivo de Derrite. Acabou aprovado com votos até da esquerda, sobretudo do PDT e do PSB, incluindo a deputada Tabata Amaral.

A versão final ficou defensável. Aumentou muito as penas, tornou mais difícil juiz camarada aliviar para os criminosos de facções, tirou o auxílio reclusão para os facionados, acabou com tribunal de júri para os crimes dos PCCs da vida, evitando constrangimento de jurados diante de assassinos. Ficou o rateio com as polícias dos estados de parte dos fundos que irrigam a PF.

Mas isso é um embate federativo, nada a ver com descapitalização da PF, como ela argumenta enquanto corporação. Rodrigo Pimentel, ex-capitão do Bope do Rio e autor do roteiro de Tropa de Elite, diz que a partilha só afeta a parte dos bens e valores apreendidos de quadrilhas, representando cerca de 4% do total dos fundos hoje exclusivos da PF. O relator do PL no Senado, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), delegado de carreira, poderá sanar imperfeições, como esclarecer o que ela derroga das leis criminais anteriores.

No fim e ao cabo, o PL Antifacção aprovado na Câmara serviu para depurar de algum modo o Centrão, sujeito ao que se vai apurar com o exame das vísceras do Master, e fará a esquerda pactuar, também de algum modo, contra o crime organizado. Parte disso é torcida...

Ao governo, se quiser avançar, que trate de propor aos estados um trabalho conjunto de ocupar os territórios que o crime organizado avassalou, começando pela regularização fundiária dessas áreas.

Mais aliviado com esse rearranjo político, o bloco de centro está pronto para o plano A de suas estratégias — chegar à eleição com um candidato único, entre Tarcísio e o colega do Paraná, Ratinho Jr. Os nomes são esses, o programa de ação é que falta formular.

O país anseia por um ciclo de desenvolvimento que não virá só de reformas fiscais, necessárias mas insuficientes. É a “encruzilhada histórica” a que se refere o presidente do PSD, Gilberto Kassab, o principal maestro da articulação de centro-direita. Se tivéssemos a mesma fatia no PIB global que chegamos a ter em 1980, a economia seria hoje da ordem de US\$ 5 trilhões, cerca do dobro do PIB atual. Não foi o mundo que andou depressa, nós é que andamos devagar demais. Não pode mais ser assim.

Os países bem-sucedidos não têm mais terras, mais biodiversidade, mais gente talentosa, mais energia. O que têm de diferente são as escolhas que fizeram. Nosso desafio é enfrentar as desidistências acumuladas — desidistância de crescer forte, de ter indústria. De confiar na capacidade de trabalho e no empreendedorismo do povo.